



Transversalidade de gênero, diversidade sexual e formação docente: uma entrevista com Maria Eulina Pessoa de Carvalho

*(Transversalidad de género,
diversidad sexual y formación docente:
una entrevista con María Eulina Pessoa de Carvalho)*

*(Gender Transversality,
sexual diversity and teaching formation:
an interview with María Eulina Pessoa de Carvalho)*

Alexandre Gomes Soares¹

A transversalidade de gênero tem assumido novas configurações curriculares no ensino superior como estratégia pedagógica no intuito de ampliar as abordagens educativas e possibilitar aos acadêmicos uma formação humanizada e cidadã. As origens dessas discussões têm relação direta com as Conferências do Cairo e Beijing, na década de 1990, nas quais se consolidou o reconhecimento dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, que possibilitaram novos campos de pesquisas e novas relações nos campos político, social e do trabalho. Nessa direção, a pesquisadora entrevistada possui ampla produção acadêmica que analisa as práticas feministas, reflete sobre a constituição dos direitos humanos das mulheres e das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Em suas reflexões, problematiza a inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente, bem como investiga a produção das mulheres na educação superior com atenção especial na produção curricular na contemporaneidade. Maria Eulina Pessoa de Carvalho é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (1978), mestra em Psicologia Educacional pela Universidade Estadual de Campinas (1989) e PhD em Currículo, Ensino e Política Educacional pela Michigan State University, USA (1997). Fez pós-doutorado na Universidade de Valencia, Espanha (2011). É professora titular da Universidade Federal da Paraíba, lecionando Pesquisa em Educação e Diversidade Cultural e Educação no Curso de Pedagogia; e Seminários de Pesquisa em Estudos Culturais da Educação e Tópicos em Gênero e Educação no Programa de Pós Graduação em Educação. Líder do grupo de pesquisa Gênero, Educação, Diversidade e

1 Doutor em Educação (USP) e pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Currículos e Culturas (GECC/CNPq), da Faculdade de Educação da UFMG. E-mail: prof.alexhis@gmail.com.



Inclusão, pesquisa e orienta em gênero e educação, currículo, política educacional, relações escola-família e dever de casa.

Alexandre: *Então, de início, professora, eu queria agradecer pela pronta resposta, pelo aceite do convite. É um prazer estar aqui nesse diálogo. É de fundamental relevância conhecer não só a própria autora dos textos, que eu já utilizei nas reflexões teóricas, mas também conhecer um pouquinho dessa discussão em todo o território brasileiro; assim, eu acredito que a gente tem muito a aprender. Eu sou Alexandre, atualmente cursando o Pós-Doutorado na UFMG, focalizando a temática Transversalidade de Gênero no Ensino Superior, especificamente, no Curso de Pedagogia. Quando eu fui estabelecer o contato, sendo do interior de Minas e tendo mudado para Belo Horizonte há mais de 20 anos, fiquei imaginando o quanto são importantes a reflexão e a produção da ciência, que percorrem longas datas, atravessam várias pessoas no sentido de marcar nossas experiências. Existem profissionais da educação que estão produzindo educação há tanto tempo e construindo uma educação de qualidade. Se me permite, vou fazendo questões com foco nas suas reflexões teóricas. Como pergunta inicial, é uma coisa muito importante que eu compreenda nesse processo a sua escolha profissional. Como é que se construíram os seus percursos mais marcantes dentro da Educação? Para início da nossa conversa, eu queria que você falasse um pouquinho sobre a sua entrada, então, na área da Educação.*

Maria Eulina Pessoa de Carvalho: Já faz muito tempo, viu, Alexandre, porque eu tenho 64 anos. Então, na década de 1960, eu estudei, primeiro, numa escola de freira, assim, um trauma; e depois, na escola pública. Então, na hora de fazer a opção no vestibular, o meu pai era médico, e ele queria que eu fizesse Medicina, e eu dizia que ia fazer Medicina; mas, na hora H, na hora da inscrição no vestibular, eu estava com uma colega e amiga, Betânia Leite Ramalho, que foi Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e foi daqui da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e hoje está na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Então, ela disse: “Vamos fazer Pedagogia”. Eu queria escapar do controle do meu pai, certo? Selecionamos Pedagogia. Então, o curso aparentemente era novo, e estava ainda se estruturando, as aulas eram lá numa estrutura simples ainda, o campus era novo, também, naquela época, ainda estava sendo construído, instalado. Eu tive, eu acho, que boas professoras e bons professores. Eu fiz aquela habilitação, Orientação Educacional; e eu era monitora de Sociologia da Educação, de um professor que foi muito importante na minha formação, o professor José Augusto de Souza Peres; e tive, como orientadora de estágio, a professora Ivone de Barros Vita, que era super aberta. Inclusive, eu estava lembrando, essa



semana, porque eu participei de uma reunião na Pró-Reitoria de Graduação, sobre a oferta, ou não, de estágio durante o período remoto, e aí eu me lembrei de meu estágio, que eu nem lembrava mais, que eu trabalhei com Orientação Sexual, era o que os jovens estudantes demandavam e tal. Então, claro que, naquela época, final da década de 1970, ninguém falava de gênero, não é? Eu era engajada, como estudante, e o meu estágio, assim, foi bem interessante. Por que eu lembrei do estágio? Porque na escola em que eu fui fazer o estágio com duas colegas, era uma escola pública, de repente a escola ia entrar em reforma, apareceu, sei lá, o dinheiro, fecharam a escola para fazer uma reforma em pleno ano letivo, e aí a gente ficou numa situação: “E agora, o que é que acontecer com o nosso estágio?” Então, a professora Ivone Vita, ela disse: “Não, vocês não vão perder o estágio. Vamos arrumar uma saída. Vocês convidam os alunos para virem até a universidade”. A gente fez oficinas, pediu autorização das famílias, o Centro de Educação, na época, deu os tickets de ônibus, para eles e elas virem até a universidade. Então, a gente fez, assim, um trabalho muito mais intensivo do que teria conseguido fazer na escola, não é? Eu lembrei disso, porque eu já trabalhei, naquela época, com Orientação Sexual. E aí, depois de formada, eu comecei logo a trabalhar na Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, com Extensão, depois eu fui professora-horista, acabei me tornando professora do curso de Pedagogia. Bom, eu sou bem comprometida com a questão educacional, eu acho que a gente tem que acreditar que a educação é transformadora de vidas, enfim, das relações sociais e políticas, para poder, inclusive, aturar as condições de trabalho que a gente tem e os desafios, não é? O meu pai, que ficou decepcionado, ele dizia que Pedagogia era um curso de quinta categoria, mas eu me dediquei à Pedagogia.

Alexandre: *Interessante essa historicidade da sua escolha profissional, algumas questões que têm relação com o seu cotidiano vão se consolidando numa escolha efetiva, consciente, justamente por uma visão específica que estava, não só no meio da sua formação, mas também no meio familiar, não é? Retomando essa questão da escolha pelo Curso de Pedagogia, e aí, tendo em vista a sua trajetória, pelo pouco que eu tive contato com a sua produção teórica, eu queria, se fosse possível, que você comentasse os desdobramentos durante todo esse período. Há algum projeto de pesquisa com a temática de gênero e diversidade sexual em andamento sob sua coordenação? Pode comentar um pouco sobre as ações e produtos que dele foram criados?*

Maria Eulina Pessoa de Carvalho: Eu estou interessada em gênero na formação de professores/as, de maneira geral, porque eu trabalho num curso de Pedagogia; mas eu também pesquisei na Educação Infantil e depois eu fui para a Educação Superior, agora eu estou na Educação Superior; e também coordenei o Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), pois



eu nunca tiro o pé da formação docente. Nessa minha pesquisa sobre Gênero na Educação Superior, eu abri um leque bem grande, que era focar mulheres em campos masculinos e homens em campos femininos, mas era muita coisa para dar conta, não? Então, eu passei mais tempo pesquisando mulheres em campos masculinos e agora estou na Pedagogia e na Engenharia, com uma colega, inclusive, da Universidade Federal de Uberlândia, Maria Lúcia Vannuchi. Eu voltei para a Pedagogia, orientando uma doutoranda e bolsistas de Iniciação Científica. É sobre as representações sociais da Pedagogia, articulando com a identidade de gênero e a identidade profissional, para ver se ela é gendrada, se o curso mantém esse gendramento da Pedagogia como curso feminino. Já tem mais homens fazendo Pedagogia, mas a voz corrente é, assim, que Pedagogia é curso de mulher, de pobre e de gay, tá? Então, existe esse imaginário aí sobre a Pedagogia. Uma das minhas orientandas queria até fazer os homens da Pedagogia e acho que é um tema interessante também para ser pesquisado, sabe? Neste momento estamos aplicando um questionário e tratando por sexo, os homens e as mulheres. Voltando à minha pesquisa sobre mulheres em campos masculinos, é lento, assim, para a gente conseguir impactar alguma coisa, não é? Enviei um texto para a Pagu, que ainda não saiu, o texto aborda sobre Mulheres na Física. Eu tive uma orientanda de mestrado que fez as alunas, e uma doutoranda que fez as professoras, as carreiras docentes. Eu fui para um Congresso de Ensino de Física, em Campos do Jordão, apresentar essa pesquisa. Uma egressa do doutorado de Física, na época, que foi entrevistada, depois ela se tornou professora, ela é bem aguerrida, é bem militante, sabe? Hoje ela é professora da UFCG, que é a Universidade Federal de Campina Grande, antes parte da UFPB. Então, ela continua em contato com o orientador dela, aqui em João Pessoa e, por influência dela, ele promoveu um evento em que eu fui apresentar a minha pesquisa lá, na Física. Ela me mandou agora, durante a pandemia, uma mensagem dizendo: “Olha, teve impacto. Agora tem duas professoras mulheres lá”. Porque não tinha nenhuma. O Departamento de Física da UFPB, em toda a sua história, só tinha tido duas professoras mulheres no corpo docente; e aí chegou um momento em que uma se aposentou, a outra se transferiu e ficou sem nenhuma mulher; e agora eles contrataram duas. Ela disse: “Foi a nossa influência, sabe?” Eu disse: “Oh, eu quero crer que sim”. Mas, enfim, eu já mexi, aqui, o que eu pude, na UFPB, em termos de divulgar, por exemplo, o chamado da ONU por um Planeta 50-50. Nós realizamos um congresso na UFPB em 2017, o Eles por Elas. Fiz um material bem enxutinho: como é que você inclui a questão de gênero no Ensino, na Pesquisa, na Extensão e na Gestão? Por exemplo, na gestão caberia um plano estratégico para alcançar a paridade de sexo entre docentes e discentes em departamentos, cursos e cargos; na pesquisa e extensão seria transversalizar gênero em projetos e eventos, visibilizando as especificidades das mulheres, que são excluídas e violentadas; no



ensino seria transversalizar gênero nos currículos de cursos de graduação e pós-graduação. Então, a gente tenta influenciar, inclusive no dia-a-dia, com as/os colegas, no Departamento. Eu, por exemplo, só escrevo “os/as”, às vezes, o “es” neutro, não uso linguagem sexista, jamais, então as pessoas acabam se acostumando de ver, até no WhatsApp. Mas é muito lento, claro, para mudar.

Alexandre: *Esses percursos são muito importantes para acompanhar as ações construídas de forma gradativa e contínua. Poderia detalhar outras ações que permearam sua atuação?*

Maria Eulina Pessoa de Carvalho: No final da década de 1990, eu fundei, com outras colegas, um núcleo de estudos de gênero, o NIPAM – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero, que foi formalizado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e Conselho Universitário (CONSUNI) no final de 2002, início de 2003. Também tive vários projetos de extensão, mas voltando à pesquisa, eu não dou conta, abro muitas frentes... eu tenho um texto, quase pronto, sobre a Engenharia Mecânica, que é um dos cursos que tem menos mulheres, na UFPB eram a Física e a Engenharia Mecânica. Uma mestranda fez um trabalho sobre a Computação, o coordenador da Computação veio para a banca dela, de mestrado, entendeu? Então, assim, eu tento divulgar o trabalho. Tive uma parceira, que era uma professora de lá, Josilene Aires, que agora está afastada. Eu tento fazer, também buscar parcerias. O coordenador do curso de Computação, ele gostou muito do trabalho da mestranda. Outra doutoranda, que fez a Engenharia Civil, eu também chamei um professor de lá, que é vice-diretor do Centro de Tecnologia, para a banca, sabe? São pequenas maneiras de fazer o trabalho ser conhecido. Porque uma coisa que eu notei, quando eu estava fazendo essa pesquisa sobre mulheres em campos acadêmicos masculinos – tenho um texto na Estudos Feministas com uma colega, Glória Rabay, que era minha parceira na pesquisa, eu acho que o título é “Usos e incompreensões do conceito de gênero” –, quando a gente chegava para entrevistar alguém e dizia sobre o quê que era a pesquisa, as pessoas sempre se surpreendiam, porque elas, em geral, elas não acham que esse é um tema que merece ser pesquisado, sabe? Lá no fim desse artigo eu toco nessa questão, você chega com o tema e a pessoa se surpreende. Até um coordenador, eu acho que de Física, na época que a doutoranda foi lá entrevistar, ele disse assim: “Mas por quê que você está chamando o meu curso de ‘curso masculino’”? Ora, óbvio, porque predomina homem, no professorado e no alunado. Mas também tem aqueles preconceitos contra quem estuda gênero, que a gente já conhece.



Alexandre: *Sim. Eu vivenciei alguma coisa assim quando eu fui pesquisar o meu mestrado, eu precisava escolher as turmas em uma Instituição Federal de Educação Profissional Tecnológica e vivenciei as mesmas questões, quando eu falava de gênero, falavam: “O curso que tem mais mulheres é esse aqui”. É como se as discussões de gênero estivessem vinculadas apenas a frequência de mulheres no curso tal. Eu perguntava ao coordenador: “E os outros cursos?” – “Não, mas você não está falando que é de gênero?” – “Sim. Mas quais são os outros cursos, que a gente tem uma diversidade de gênero, sexualidade?” E nessa direção, professora, o seu relato das experiências e das pesquisas, das ações, em que você menciona o trabalho com esses marcadores? Foi ótima a sua menção do texto “Usos e incompreensões do gênero”, na sua experiência docente quais são os desafios teóricos e metodológicos para o trabalho com os marcadores de gênero e diversidade na Pedagogia?*

Maria Eulina Pessoa de Carvalho: No curso de Pedagogia são muitas as dificuldades. Primeiro, é que a gente tem três departamentos para atender um curso; isso já dificulta muita coisa, sabe? Rivalidades entre departamentos, o pessoal do Departamento de Fundamentos que menospreza quem é das Metodologias, passa por um monte de coisa. Eu nunca fui coordenadora da Graduação, mas eu imagino como deve ser difícil a tomada de decisões num colegiado com representantes de três departamentos. Eu tenho proposto coisas tão simples – que eu acho simples de implementar, como, por exemplo: “Você pode incluir na bibliografia da sua disciplina, no seu plano de curso, um texto que trate de gênero, um texto que trate de relações étnico-raciais, que trate da inclusão de pessoas com deficiência, temáticas, assim, transversais, temáticas de Direitos Humanos, você pode incluir qualquer que seja a sua disciplina, não é?” Visibilizar as autorias femininas é outra, digamos, ação, não é? Eu já me deparei várias vezes, por exemplo, uma aluna fala assim: “Silva” (um sobrenome), “Silva” disse..., segundo “Silva”... e aí ela fala: “o autor” e continua repetindo “o autor”. Eu digo: “Mas espera aí, como é o nome de Silva?” – “É Maria...s” – “Ah, então, Silva, é uma autora, certo?” Está vendo como a gente, automaticamente, fala “o autor”, “o autor”, “o autor”, que parece que só homem é quem publica, escreve, teoriza, pesquisa e tal. Então, essas pequenas coisas são potentes, mas as pessoas nem fazem uma pequena coisa... Veja a implicância contra quem não quer usar a linguagem sexista. Dizem que isso não é importante. Claro que é importante. Eu digo assim: “Mas se uma coisa que você acha assim tão pouco importante, tão simples, é tão difícil de mudar, imagine as injustiças, assim, as coisas mais graves, as que você acha mais importantes, como não serão mais difíceis ainda de mudar, se você já não consegue nem mudar a maneira de falar, para visibilizar as alunas, as professoras e tal...” Então, é difícil, entendeu? E as pessoas, também, no nosso campo



da Educação, as pessoas falam muito e concretizam pouco, sabe? Então, assim, a gente passa muito tempo debatendo, debatendo, debatendo, mas botar no papel uma coisa viável... cadê? Eu descobri que no Projeto Político-Pedagógico (PPP) do nosso curso de Pedagogia está escrito lá “escolha sexual” e sugeri alterar: “Faz um adendo, manda para o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), só propondo mudar essa menção a escolha sexual, certo? Isso não deve ser uma coisa tão difícil assim de fazer”. Mas até para botar em ação uma coisinha assim, não vai, sabe? Então os desafios passam pela compreensão teórica e pelo posicionamento nas práticas pedagógicas, pela práxis no cotidiano.

Alexandre: *Acredito que você tenha exemplificado de forma muito real essa questão do reconhecimento no próprio departamento, dos marcadores, a necessidade de ações pontuais que vão se multiplicar em outras reflexões, não é? Então, assim, essa questão do que é importante discutir na formação e como é que isso é confrontado por outros conteúdos que supostamente têm maior relevância do que as discussões de gênero, num curso que tem uma marca específica de gênero; e como a invisibilização dessas discussões está atravessada principalmente pela escolha da linguagem, pela escolha da literatura, pela escolha de ações importantes dentro de um curso que vai trabalhar a questão geracional, a questão de classe... acho que foi muito bem exemplificado. E aí você mencionou algo que, para mim, também é muito importante, que é o foco central da pesquisa que eu estou desenvolvendo sobre a questão da transversalidade, e aí nas suas últimas produções, que eu li, vocês trazem uma reflexão – você, com mais outras autoras e autor – trazem uma reflexão muito específica da transversalidade de gênero, e aí eu queria que você falasse um pouquinho em relação a transversalidade de gênero. Qual que é a sua visão sobre a transversalidade de gênero no ensino superior, qual a sua visão sobre este campo?*

Maria Eulina Pessoa de Carvalho: Vou começar falando outra coisa, mas para ver se eu faço esse gancho. Na pós-graduação, eu comecei a trabalhar na linha de Políticas Educacionais; mas eu notei que fui parar na linha de Estudos Culturais, que era recém criada, como uma maneira de botar quem está trabalhando com gênero à margem, sabe? Então, assim, existe ainda essa postura de dizer que não é um assunto importante, ou não é tão importante, certo? Então, eu trabalhava com relação escola-família, que tem implicações de gênero; inclusive, a minha produção sobre relação escola-família é até, acho, que é mais profunda, não sei, eu não posso dizer mais importante, porque eu acho que a temática de gênero é muito importante; mas, assim, é mais academicamente significativa. Mas eu vim para a área de gênero e estou na área de gênero e você pergunta sobre a transversalidade. Toda hora eu me deparo com essas questões. Hoje



mesmo, eu estava lendo os trabalhos lá de uma turma de doutorado e uma doutoranda vai trabalhar com a Educação Infantil, não é? Lá vem ela com identidade docente e não fala em gênero. Entendeu? Como é que você fala de Educação Infantil usando, o tempo todo, “professor”, “educador”, só no masculino, quando a grande maioria do professorado é mulher? Como é que você vai falar de identidade docente sem falar de gênero? Então, tem temas e há o conceito. Esse conceito é uma lente que possibilita que você faça análises mais interessantes, mais pertinentes à sua problemática, não é? Por exemplo, a valorização, aliás desvalorização, do Magistério da Educação Infantil tem a ver com criança e tem a ver com gênero, não é? Então, assim, essa temática de gênero oferece uma lente mais potente para você explicar algumas problematizações, porque atravessa tudo, não é? Toda hora a gente está encontrando situações, exemplos, em que gênero tinha que ser incluído, ou como uma associação secundária, ou como a questão fundamental para você definir o problema, certo? E gênero é esquecido. Às vezes, se você vai sugerir alguma proposta, pode ser que algum colega ache que você está se intrometendo lá no tema dele com a sua lente de gênero. Mas esse debate a gente tem que fazer o tempo todo, não é? Para mostrar a importância da temática e para mostrar como ela realmente transversaliza não só o currículo, mas pode atravessar qualquer análise que você faça, de qualquer questão, das relações sociais, culturais, etc.

Alexandre: *Exato. Ainda nessa direção, é interessante esse relato porque parece que há uma demarcação do campo dos saberes, não é? Como se cada saber fosse intocável ou não pudesse ser relacionado com outras discussões, indo num sentido contrário à própria perspectiva histórica da concepção de gênero, como relacional e articulado com outros marcadores. Eu achei muito interessante isso, que você falou assim: “Eu vou iniciar por esse caminho, para chegar no ponto que você está falando, sobre transversalidade de gênero”. Mas você mencionou logo sobre a política educacional e considerando 2020, o que a gente tem vivenciado, pela sua experiência, desde a discussão da transversalidade de gênero, lá com a Conferência de Beijing, na China, e outras discussões feministas, o que você pensa em relação à política educacional sobre a transversalidade de gênero: temos vivenciado mais avanços ou recuos?*

Maria Eulina Pessoa de Carvalho: Olha, especificamente, sobre transversalidade, eu acho que a gente avançou pouco, sabe? Mas como a gente está sofrendo esse ataque agora, porque aí é uma articulação entre gênero e orientação sexual, não é? Então, assim, ou é contra o aborto, ou é contra as lésbicas e gays. Fica tudo aí misturado, não é? Com esse ataque conservador, eu não gosto nem da palavra “conservador”, esse ataque reacionário, chamam os neoconservadores.



Mas “conservador” não é necessariamente ruim, dependendo do que eu quero conservar, não é? Mas sobre esse ataque, eu acho que a gente está reagindo, viu? Porque, toda hora eu estou recebendo aqui uma *live* sobre questões de gênero, feminismo e direitos de pessoas LGBT etc. Toda hora eu estou vendo que as pessoas estão dando cursos e a gente está reagindo, sabe? Então, eu espero que a gente, num momento posterior, tenha realmente ganhos, não é? Que esse ataque sirva para a gente avançar mais. Mas quanto à transversalidade, se eu fosse pensar, assim, no currículo, na pesquisa em educação. Porque, no currículo, que seria aí realmente todas as disciplinas tocarem a temática – depois eu posso até falar do meu seminário temático, que é uma disciplina que tem aqui na graduação em Pedagogia; mas também na pesquisa – porque não é possível que você vá falar de identidade docente, na Educação Infantil, e você não fale de gênero, é possível? Parece que é, para alguns colegas, mas não é não. Cientificamente isso não é nem desejável, digamos, assim, defensável. O quê que é isso? Você vai excluir gênero? Mas eu acho que em currículo e em pesquisa a gente está avançando menos; talvez, assim, no debate mais ampliado, para a gente defender os direitos das mulheres, das pessoas LGBT, talvez a gente esteja produzindo um avanço, que a gente vai ver depois os resultados, não é? Mas eu acho que se eu for pensar no meu curso, é muito difícil até fazer uma reforma curricular, sabe? Eu dou uma disciplina e nesse currículo atual tem uma coisa que é bem interessante. A gente passou décadas falando da parcelarização, compartimentalização do currículo, não é? Não tinham nem chegado ainda os temas transversais e a gente já abordava isso. Quando fizeram essa reforma curricular, que é de 2006, a última, criaram uma disciplina que se chama Seminário Temático e é oferecida todo semestre. A proposta desse seminário temático seria colocar em diálogo as várias disciplinas daquele período, a partir de alguns temas. Então, assim, é uma disciplina bem aberta. Do jeito que eu dou, eu pego as disciplinas do período e aí digo: “Eu vou mostrar para vocês – o meu tema favorito é gênero – então, eu vou mostrar para vocês como é que eu pego gênero e dialogo com cada uma dessas disciplinas”. Porque professor não pode impor nada. “Então, vocês escolham o tema de vocês, e vocês vão fazer como eu estou fazendo, vocês vão incluir diálogo em todas as disciplinas desse semestre; então, esse tema que você vai escolher, ele vai atravessar.” Eu falo: “Olha, porque você faz essa disciplina, faz aquela, faz outra disciplina, e aí talvez você não tenha a oportunidade, que é o que essa disciplina vai oferecer, de você realmente integrar, organizar, o que é que fica de significativo para você, nesse semestre, a partir do estudo dessas várias disciplinas”. Eu leciono essa disciplina, que ela tem só dois créditos, muita gente não quer, aí realocam para mim, tipo assim, sexta-feira, de 17:00 às 19:00, por exemplo. Já fragmentaram também esse horário, uma hora num dia, outra hora em outro dia, que atrapalha a implementação. Eu aceito porque como eu estava na coordenação da pós, eu pegava esses



horários. Enfim, eles achavam que estavam me fazendo um favor, me dando só dois créditos. Não é fácil trabalhar essa disciplina não, sabe? Mas ela oferece a oportunidade de você exercitar, um pouco, o que seria essa transversalidade em relação a qualquer tema; e aí eu escolho sempre gênero, porque eu digo: “O meu tema de interesse é gênero. Então, por exemplo: Se eu penso em Educação Especial, aí como é que gênero pode ser usado como uma lente, para entender lá alguma coisa dessa disciplina? Primeiro, a maioria do professorado é mulher. Aí eu pego esse tema, que é mulher e as relações entre capacitismo e sexismo, ou Educação e trabalho. Seleciono de novo trabalho docente, trabalho de mulher e currículo. Problematizo se na literatura dessa disciplina aparece gênero? O que é que vocês estão lendo? Tomaz Tadeu fala de gênero?” Busco fazer essas pontes, digamos assim, e dizer como que elas e eles podem pegar um tema e costurar um pouco das experiências em cada disciplina, e fazer uma elaboração própria, a partir da experiência daquele semestre. Mas não é fácil não, já tive problemas com frequência na disciplina.

Alexandre: *Acredito que isso que você disse agora permeia diretamente algo que eu já estava pensando mais à frente: como é pensar o currículo da educação superior numa perspectiva da equidade e transversalidade de gênero? Porque isso acaba aparecendo em muitas falas de docentes com as quais eu já tive contato. Isso apareceu na minha pesquisa de doutorado, que há uma discussão, entre os docentes dos departamentos, dizendo que esse tema não é tão relevante, porque a gente já entendeu que isso é transversal, e aí fica num campo de disputas, que é a próxima pergunta: a perspectiva da transversalidade de gênero, ela substitui, então, a inserção de disciplinas obrigatórias, ou optativas, de gênero e diversidade sexual? Porque isso é uma das falas muito recorrentes nas instituições, inclusive, as que eu pesquisei. E na sua visão, a perspectiva da transversalidade de gênero substitui a inserção de disciplinas obrigatórias ou optativas de gênero e diversidade sexual?*

Maria Eulina Pessoa de Carvalho: Na época que eu estava fazendo um desses artigos que você leu, eu até me debrucei nisso, mas agora eu já estou um pouco mais distante. Sei que existiu um debate entre transversalizar ou dar disciplina específica. Da mesma forma que quando a gente foi criar o Grupo de Trabalho (GT) 23, na ANPEd, Gênero, Sexualidade e Educação, a gente ouviu de colegas de outros GTs que a gente estava querendo criar um gueto. Porque os demais GTs recebiam temas de gênero, lá acolhiam trabalhos. Então, essa disputa aí, ela existe; mas, assim, para mim, ela nem faz muito sentido, pelo seguinte: porque tudo vai depender de uma dinâmica, tá? Primeiro, é desejável transversalizar sempre, qualquer tema do momento, qualquer tema que precise ser contemplado, a gente tem que transversalizar, faz parte do movimento de quebrar



barreiras disciplinares, como você já disse. Eu sempre defendi, mas ninguém nunca quis fazer, no próprio curso de Pedagogia, todo semestre, a gente devia escolher um tema para atravessar todas as disciplinas, e ir mudando, cada semestre, um tema novo. É uma maneira de você debater. Olha, esse semestre, a gente vai tematizar, debater tal tema em todas as disciplinas, fazendo os ganchos que são possíveis fazer. Gênero eu acho que deve ser transversalizado sempre, necessariamente, até o dia que não houver mais desigualdade de gênero – claro, no dia que tiver justiça de gênero e gênero desaparecer, não for mais marcador de nada, for diversidade humana e ponto, sabe? – aí não precisa mais, porque já vai ser o tácito, já vai ser o implícito. Mas, ao mesmo tempo, com as disciplinas específicas é a uma maneira de você chamar a atenção. Uma coisa não dispensa a outra, eu acho, oferta de disciplinas específicas e transversalização da temática em todas as disciplinas. Porque, por exemplo, no nosso currículo e sou do tempo que o sistema de crédito era sistema de crédito (ou era para ser, nem funcionava bem). A disciplina optativa você podia fazer em qualquer curso da universidade. Mas, aqui e agora, as optativas, elas viraram obrigatórias, porque não tem ampla oferta para você escolher. Então, a disciplina que é optativa, mas que virou obrigatória, porque não é ofertada outra, no nosso curso de Pedagogia, é Educação e Diversidade Cultural, do meu departamento; e a outra, ofertada noutro semestre, é Educação Sexual, que é outro departamento que dá. Outro exemplo é uma disciplina denominada Cultura, Gênero e Religiosidade, que até lecionei uma vez, com uma colega, e agora um doutorando, que estava como professor-substituto, deu como curso livre; essa é outra optativa, que é interessante, pois tematiza diferenças religiosas, mas não é oferecida com frequência. Enfim, tem essas duas disciplinas que mencionei, que são importantíssimas, mas isso não quer dizer que em qualquer outra disciplina, se dá para fazer gancho com Sexualidade e Gênero, o/a professor/a não deva fazer, ou com as temáticas da diversidade, não é? Então, o currículo vai poder trabalhar com essas temáticas, também, em várias disciplinas. Mas aí, veja a disciplina Diversidade, por exemplo, como é interessante, eu acho que falo isso naquele artigo, não é? Eu dei essa disciplina, vários semestres, eu trabalhava com o leque das diversidades, todas as variáveis, idade/geração, relações étnico-raciais, classe, claro, não é? E deficiência/aptidão, campo/cidade/região, eu trabalhava com tudo isso e gênero, que era, digamos, a que eu explorava mais, mas não em detrimento das outras, certo? Eu pautava todas; mas colegas que davam a disciplina não pautavam todas, trabalhavam uma diferença/ desigualdade só. E a maioria não trabalhava com gênero, que estava explícito na ementa, o nome gênero estava lá, não é? Mas, assim, eu acho que, no momento atual, a gente tem que avançar a perspectiva da transversalidade e continuar com as disciplinas específicas, sabe? Você veja, por exemplo, nas décadas de 1970, 80 e ainda 90, classe social transversalizava



tudo, a gente falava o tempo todo da desigualdade social, em todas as disciplinas, não é? Então, houve, digamos, essa influência, essa experiência de sempre problematizar classe social, aí depois começaram a entrar essas outras diferenças, desigualdades, diversidades, o leque foi se abrindo mais. Mas eu acho que uma coisa não exclui a outra não; agora pode ser que no futuro não precise ter disciplina específica sobre esses temas, apareçam novos temas, não é? Ou até a coisa nem precise ser explicitamente transversalizada, porque ela já mudou, as relações sociais já mudaram, e daí isso já faz parte do *mainstream* que a gente já corporificou, já subjetivou.

Alexandre: *Caminhando para o final, eu queria que você comentasse os avanços e limites da inserção da temática de gênero no currículo no ensino superior, especialmente no curso de Pedagogia. Porque essas discussões, elas estão presentes ali na sala de aula e nem têm um caráter automaticamente influenciador... a gente vai ter aí várias visões, sejam ligadas a experiência de mundo, a questões religiosas, a questões de compreensão de família... Aí se você pudesse comentar um pouquinho em relação a isso. Como analisa percepções dos discentes acerca da inserção da discussão de gênero e diversidade sexual no curso de Pedagogia?*

Maria Eulina Pessoa de Carvalho: Eu acho que está mudando um pouco para melhor; porque existem umas jovens que já chegam – meninos e meninas – mais críticos e mais militantes com relação a essas temáticas, bem como a temática negra, aliás, muito mais que a indígena, apesar de que a gente tem uma população Potiguara enorme na Paraíba, mas os indígenas ainda não têm muita voz, não, já o pessoal do Movimento Negro, sim. Então, eu acho que está melhorando. Por exemplo, ontem uma menina me mandou um WhatsApp, ela nunca foi minha aluna, assim eu não tive nenhuma influência direta, mas ela veio me procurar para orientar um trabalho de final de curso, em busca do tema de gênero. Então aparecem jovens interessados/as na temática. Também têm algumas pessoas religiosas, mais fanáticas e reativas, às vezes a gente encontra em sala de aula, sabe? Já encontrei uma vez reação numa turma; ainda bem que a minha assistente de prática de docência era uma mestranda ótima, que era feminista e evangélica, da Assembleia de Deus, aí ela ajudou muito a tocar o diálogo. Mas eu acho que as novas gerações estão mais engajadas nessas temáticas, sabe? Também, sobre Orientação Sexual, a gente já teve uma menina que estava no processo de transição de gênero para um homem trans durante um semestre, sabe? Então, eu acho que está havendo mais abertura, mais interesse e mais acolhimento. Mas eu não sei se eu respondi...

Alexandre: *Era sobre a visão dos alunos e das alunas nessas discussões que atravessam exatamente essas mudanças, essa nova geração de pesquisadoras e pesquisadores. Eu achei*



interessante que você mencionou que essa aluna, que lhe procurou, você não teve relação direta com ela, mas talvez pela sua produção, pela sua longa trajetória de atuação, isso tenha chegado até ela, de outras formas, por outras reflexões. Então, isso realmente tem um efeito, pois podemos pensar na produção teórica e prática e alguns efeitos vão ser produzidos de forma mais rápida; e outros efeitos, a gente não imagina. Então, professora, eu fico extremamente grato pela sua disponibilidade, foi um diálogo tão espontâneo e o que eu estruturei aqui foi muito bem acolhido por você.

Referências

CARVALHO, M. E. P. de; RABAY, G. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), v. 23, p. 119-136, 2015.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; GUIMARÃES, Flávia Maia; MORAIS, Adenilda Bertoldo Alves de; SILVA, Francisca Jocineide da Costa e. Inclusão da temática de gênero no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba: primeiros passos. *Revista Espaço do Currículo* (Online), v. 7, p. 262-275, 2014.

CARVALHO, M. E. P. de; RABAY, G.; MORAIS, A. B. A. Pensar o currículo da educação superior da perspectiva da equidade e transversalidade de gênero e do empoderamento das mulheres: uma breve introdução. *Revista Espaço do Currículo* (Online), v. v.6, p. 317-327, 2013.

